

RELATO DA CRIAÇÃO DA COAFAI (COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITARARÉ SP) RELACIONANDO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Donata Dias da Rosa ¹;

Mauricio Cesar Vitória Fagundes ².

RESUMO

Relato inicial de observações realizadas entre janeiro de 2010 a abril de 2011, em três escolas rurais, em Itararé, Itaberá e Itapeva, localizadas no Estado de São Paulo e vinte entrevistas realizadas com cooperados da COAFAI (Cooperativa de Agricultores Familiares de Itararé SP). Nesse artigo é utilizado a estratégia de questionamentos e perguntas não respondidas, com o intuito de fomentar discussões sobre a conscientização e a atuação das escolas rurais e seus profissionais em questões sociais relacionadas à educação dos povos do campo. Acompanha a formação de uma cooperativa de agricultores familiares que têm suas vidas modificadas por conseguirem que suas propriedades produzam, tendo mercado garantido e a certeza que vão receber. Aborda a questão: que a ocupação de terras mesmo quando ignorada (FERNANDES), influência na vida escolar e alerta: a escola não pode permanecer neutra em questões sociais (MARTINS).

Palavras-chave: escolas rurais, cooperativismo, ocupação de terras, distribuição de renda.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Jacarezinho, e-mail: xixixuxu@ig.com.br.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

Desde janeiro de 2010 até abril de 2011 acompanhei o trabalho da Secretaria da Agricultura de Itararé SP e da COAFAI (Cooperativa dos Agricultores Familiar de Itararé SP), participando de reuniões e de oficinas de motivação. Durante o primeiro trimestre de 2011 trabalhei em duas escolas da zona rural situada em Itararé e Itaberá SP, interagindo com alunos de forma a tentar conhecer sua cultura e valores. Tendo iniciado experimentos de adaptação do currículo com a realidade local. Constatado que a educação no formato que está, deixa muito a desejar principalmente no contexto de educação dos povos do campo. Relaciono a formação da COAFAI com as ações da educação formal. Esse é o início da pesquisa em escolas rurais no município de Itararé, Itaberá e Itapeva SP.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A COAFAI (Cooperativa de Agricultores Familiares de Itararé) conta com 86 cooperados que efetivamente fornecem hortifrutigranjeiros para a alimentação escolar. Através de conversas com a diretoria da mesma, conclui num primeiro momento que os agricultores já se encontravam sensibilizados em relação ao cooperativismo e aproveitando-se da Lei 11947/09, na qual determina que 30% da alimentação escolar devem ser provenientes da agricultura familiar, se organizaram e foram pedir apoio a Secretaria de Agricultura de Itararé. Mesmo tendo acompanhado algumas reuniões do grupo acreditei que todos já tinham a formação de cooperativismo. Ledo engano. Num outro momento de pesquisa quando passei a entrevistar os agricultores cooperados observei que quando questionados como entraram na cooperativa a resposta era “o pessoal me convidaram”. Que pessoal? Até que alguns esclareceram: os técnicos da Secretaria de Agricultura. Então fui em outra direção, questionar os técnicos e o Secretário de Agricultura. Conclusão: a idéia partiu do Secretário da Agricultura que chamou os técnicos para organizarem a cooperativa e a produção dos agricultores. Os técnicos foram arregimentando os

produtores, e após muitas discussões e reuniões chegaram a formar a cooperativa. Nesse ínterim tiveram a garantia do Gerente Operacional da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) numa reunião (onde estavam presentes 200 pessoas entre agricultores e autoridades) que toda mercadoria entregue seria paga independente se o agricultor tinha dívidas com o programa Banco da Terra ou outras instituições, alguns acreditavam que teriam o dinheiro confiscado para o pagamento de dívidas. Dívidas esclarecidas formalizou-se a cooperativa em 22 fevereiro 2010. Paralelo a isso os técnicos também trabalhavam no campo organizando o plantio e a produção tendo em vista o futuro mercado, ou seja, a alimentação escolar. No ano de 2010 a COAFAI entregou R\$ 350 000,00 e esse ano de 2011 espera-se entregar R\$ 575 000,00 para a alimentação escolar, está previsto para o PAA (PLANO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL) o valor de R\$ 351 000,00. Esses valores são distribuídos entre os agricultores de acordo com sua produção (verduras, legumes, mel, rapadura e leite). Já conseguiram a aprovação pelo SIM (Serviço Inspeção Municipal) que proporcionará a venda de frango e ovos. É a verdadeira distribuição de renda, pois até então era concentrada nas mãos de alguns comerciantes e ou atravessadores o que gerou algumas retaliações.

A Secretaria da Agricultura continua apoiando os agricultores familiares na assistência técnica, no preparo do solo com a Programa Patrulha Agrícola que conta com maquinários agrícolas (5 tratores, grades, sub-soladores, enxada rotativa, plantadeira) que são disponibilizados para o preparo e plantio tradicional de 1 alqueire ou 3 alqueires no plantio direto, e com o transporte da produção do campo até o ponto de distribuição, trabalho esse baseado na Lei Orgânica do Município de Itararé.

Agora com a assinatura do contrato de fornecimento para o PAA, veio a estender o mercado para outros produtores familiares que não pertencem a COAFAI. Através dos Programas do Governo Federal (Alimentação Escolar e PAA) e das ações da Secretaria da Agricultura, juntamente com a COAFAI, vem fomentar a reforma agrária iniciada no município em 2000 com o assentamento de 85 famílias

através das quatro fazendas adquiridas pelo Banco da Terra, com a coordenação do atual Secretário da Secretaria da Agricultura de Itararé SP. Está certo que já houve rotatividade de algumas famílias que não conseguiram fazer a propriedade produzir ou até mesmo por dificuldade de escoar a produção. Mas a maioria ainda permanece. Em contra ponto em Itaberá cidade vizinha no ano de 1999, os assentados estavam na fase de “(re) construção da vida no assentamento” (SILVA, 2004) e explodia os conflitos na Escola Estadual Eng.º Maia por causa de preconceito da diretora, culminando com a ocupação da escola.

Situação Quanto à Localização de Assentamentos Municipal (ITESP)

Nº	Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Nº de Lotes	Área Total (ha)
4	Itaberá	Pirituba II Área 2	05/84	Estadual	56	1.341,20
5	Itapeva	Pirituba II Área 1	05/84	Estadual	107	2.511,00
17	Itaberá	Pirituba II Área 3	12/86	Estadual	73	2.142,33
30	Itapeva	Pirituba II Área 4	02/91	Estadual	51	1.096,83
35	Itaberá	Pirituba II Área 5	09/92	Estadual	39	807,71
53	Itapeva	Pirituba II Área 6	06/96	Estadual	52	108,57
158	Itaberá	Pirituba II Área 7	07/04	Estadual	8	42,53
167	Itaberá	Pirituba II João Moreira de Macedo	01/06	Estadual	47	96,4

<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx> acessado em 31/03/2011

De acordo com o CENSO de 2006 ainda há muito a se fazer, pois existem 54 produtores rurais sem terra em Itararé e 5 produtores na mesma condição em Itaberá.

Nas 20 entrevistas realizadas, um entrevistado morador da Fazenda Canaã não quis fazer parte da cooperativa, (refere que já está idoso 65 anos e a esposa 64 anos já é aposentada, o gasto é pouco e não precisam trabalhar tanto), dos 19 cooperados, 12 são assentados, 4 pequenos proprietários e 3 arrendatários; 17 referem que a cooperativa veio dar um novo fôlego para eles, pois contam com a certeza que a produção terá transporte, mercado e pagamento garantidos. Referem-se com enorme satisfação “que agora é só produzir e isso sabemos fazer”. Trouxe

ainda três famílias de volta ao campo fazendo assim um movimento contrário ao êxodo rural. E impediu que duas famílias fossem para a cidade. Numa delas o agricultor que mais chamou a atenção, conta que conseguiu ganhar dinheiro para comprar cama e colchão (ele e a esposa dormiam sobre papelão), uma porta para casa, um freezer e uma pia para a cozinha. Foram denunciados para a bolsa família, pois “estavam ficando ricos”, mora na propriedade o casal de 38 e 27 anos e três crianças de: 11- 07 e 05 anos, todas as crianças vão à escola. A assistente social esteve no local e constatou que a denuncia era inverídica. Outro cooperado disse que a cooperativa está mudando a vida de seus vizinhos e amigos e tem tudo para dar certo e por isso ele permanece na cooperativa, apoiando-a.

É surpreendente como é possível fazer a reforma agrária de forma pacífica! Mas para tanto é necessário a boa vontade dos governantes.

Outro fato comum nos dezenove entrevistados cooperados é que só sete deles dão opiniões nas reuniões da cooperativa, dois não vão às reuniões. Como decidir coletivamente se as pessoas não expressam suas opiniões? As justificativas foram: “para mexer é complicado”; “às vezes outros já falaram, então deixo só a fala deles, quando é diferente daí falo”; “não falo, complica”; “tá muito novo ainda não dá para falar nada”.

Questiono como em pleno séc. XXI às pessoas ainda precisam de um impulso de fora da comunidade para se organizarem em cooperativa, ficam a espera do poder publico e da boa vontade de algumas pessoas com senso de responsabilidade social e idealismo para modificarem suas vidas?

O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz. (FREIRE, 1987, p. 183)

(...) “não é só idealismo, é mais, é questão de sobrevivência” palavras de Castelar Pimentel Jr. Secretário de Agricultura de Itararé.

(...) Sua experiência lhes vem ensinando que ser cristão não significa necessariamente ser reacionário, como ser revolucionário não implica em ser “demoníaco”. Ser revolucionário significa estar contra a opressão, contra a exploração em favor da libertação das classes oprimidas, em termos concretos e não em termos idealistas. (FREIRE, 1981, p. 91)

Pergunta-se aqui qual a ligação dos fatos relatados e a educação?

Em todas as entrevistas realizadas nas Fazendas: Brasil, Canaã e Silvério os pais dizem que a escola está boa. As condições da escola citadas por eles quase sempre se resume ao transporte e a merenda. Em alguns bairros o transporte é realizado a contento e refere-se que o motorista é muito bom, e em outro Bairro referem que qualquer chavinha o motorista não vem buscar as crianças, “se o gato mijar na estrada o ônibus já não passa” ou na volta as deixa longe de casa e os pais tem que ir buscá-las num determinado ponto da estrada, um dos entrevistados disse que entendia a atitude do motorista pois “é política da empresa se acontecer algo com o veículo pela estrada estar lisa ele tem que pagar com o desconto do salário.” Dizem que a merenda melhorou e que as crianças comem bem (cabe aqui uma ressalva que os entrevistados fazem parte da COAFAI que entregam os alimentos para a merenda escolar) um deles diz: “produzimos com todo cuidado pois nossos filhos é que vão comer”.

Quando questionados sobre o que se ensina na escola as respostas foram: “hoje é diferente de antes, os livros, os ensinamentos, tudo...”; “meu filho já sabe ler e fazer continhas”; “nunca fui chamado na escola para reclamar de meu filho”; “nas reuniões na escola dizem que está tudo bem e nos mostram as notas”; e na maioria das vezes a resposta é “está bom”. Questionei o agrônomo que me acompanhou nas visitas “esse povo não reclama da escola”? Obtive como resposta: “você observou o nível de escolaridade deles”? Respondi: “não tinha me atentado a isso”. Na maioria os pais freqüentaram até a 4ª série (11 entrevistados), 3 são

analfabetos, 1 fez até a 3^a, 1 até a 8^a, 3 o Ensino Médio e 1 Técnico em Agropecuária.

Citando o Estatuto da Criança e Adolescente:

Art. 53. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

“Vê-se, portanto, que não se trata apenas de a escola conhecer a família da criança, mas de garantir os meios necessários para que ela possa, de fato, participar do próprio encaminhamento do trabalho pedagógico a ser desenvolvido com as crianças. (...) Ocorre que, se, por um lado, as famílias de um modo geral têm dificuldades em entrar na escola para expor suas idéias e expectativas, por outro, “a escola” não apenas tem-se isolado das famílias usuárias e de outros interlocutores com os quais poderia dialogar, mas também tem sido isolada, em geral, por parte dos órgãos públicos que a ela deveriam dar o suporte necessário para a realização de um bom trabalho. Com isso, seu desempenho depende, muitas vezes, apenas da competência, do conhecimento e da sensibilidade individual de cada uma das profissionais que ali atuam. (CORREA, último acesso 27/03/2011)

Essa referência é em relação à educação de crianças de 0 a 6 anos, mas pode ser estendida para a educação do campo.

Nesse ponto volto a questionar se: a escola, pais, Secretaria da Agricultura, COAFAI e todos os setores do governo e sociedade querem a melhoria das condições de vida das pessoas e uma educação de qualidade, por que se trabalha de forma autônoma despendendo recursos que poderiam ser focados e somados para um único fim? O que impede que se trabalhe junto? Deveria ter um diálogo entre os setores do governo, sociedade civil e organizações não governamentais visando somar esforços e recursos em prol da educação e da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

(...) Nesse sentido, compreende-se que a demanda por educação pode ser satisfeita quando a família, a escola e as outras realidades formativas cooperam construtivamente entre si em uma relação de integração e de continuidade. É, portanto útil levar em conta todas as possíveis interações existentes entre os vários contextos educativos, pois uma perspectiva que

os considerasse isoladamente revelar-se-ia parcial e desviante. (PIMENTA, 1999, último acesso 17/03/2011).

Qual é o princípio aglutinador que está faltando na educação do país?

(...) Desejamos destacar a importância da formação de profissionais da educação para atuar em contextos não-escolares. (...) Assim, tanto nas iniciativas de programas de educação popular, dirigidos aos mais heterogêneos segmentos da população não formalmente escolarizada, (...) Até hoje pouco se cuidou da preparação formal e sistematizada de agentes e lideranças culturais que se especializassem no exercício de funções pedagógicas nesses ambientes não-escolares, levando-se em conta sua importância como mediadores da educabilidade, necessária e capilarmente presente mesmo no processo informal de consolidação de uma cultura que seja articulada com uma proposta de construção da cidadania. (PIMENTA, 1999, último acesso 17/03/2011).

Voltando novamente ao Estatuto da Criança e Adolescente.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. (BRASIL, 1990)

Numa das entrevistas realizadas o que mais me chamou a atenção foi uma mãe de família, agricultora moradora na Fazenda Silvério, que apresentava a preocupação com a conservação do solo, refere-se que os moradores não têm a noção que o solo precisa de cuidados: controle da erosão, calagem, adubação, retiram do solo tudo o que ele pode dar até o esgotamento, etc. Diz “quem não cuida da terra vai deixar o que para as futuras gerações”, “deveria pegar a escritura e jogar na enxurrada, já que a terra vai embora”. Outra senhora lembra-se da sogra contar em que condições o marido falecido deixou o solo da propriedade, que foi mais de três anos para consertar a erosão.

Volto a questionar e nós educadores nos atentamos a essas questões?

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor, ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária-(...) (FREIRE, 2004, pág. 37)

Quando os professores adequarão o Currículo do Estado de São Paulo para os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social característicos dos povos do campo? No site oficial da educação do estado do Paraná encontram-se inúmeros trabalhos e orientações sobre a Educação do Campo, já no site oficial do Estado de São Paulo não é citado a Educação do Campo. Será que não tem escolas rurais, ou o Estado as desconhece? São poucas as pessoas que moram na zona rural?

Censo 2010/população	Rural	Cidade
Itararé	3 664	44 275
Itaberá	5 721	12 140
Itapeva	13 801	73 964

Censo 2010/ IBGE

O debate sobre essa adequação deveria vir dos interessados (comunidade escolar e entorno), ou seria parecido com o caso da criação da COAFAI, seria necessária a intervenção do setor público vindo de cima para baixo? Nem mesmo a escola seria capaz de chamar os seus para debate? Onde está a educação capaz de modificar a sociedade?

Outro fato a se considerar é as relações de trabalho na zona rural. Só entre os assentados do Banco da Terra há prática de troca de dias de serviço, seria uma adequação dos antigos mutirões? Já os arrendatários e pequenos proprietários utilizam se de diaristas, entre os entrevistados somente dois possuem empregados mensalistas. É comum os homens dos assentamentos do Banco da Terra trabalharem de diaristas ou até mensalistas em outras propriedades, sobrecarregando assim as mulheres que ficam em casa e tocam a propriedade.

Teve um entrevistado que disse que o filho preferiu ir embora para a cidade, pois não tinha vocação para morar no sítio, “é difícil fazer o que não gosta”. Outra senhora diz que seus dois filhos trabalham na propriedade, mas só o mais novo já acertou a documentação para quanto estiver na idade poder aposentar.

Considerações sobre as escolas observadas: neste ano (2011) leciono Matemática em duas escolas da zona rural em dois municípios. Na Escola Municipal Prof.^a Alice Fonseca Braga no Bairro Santa Cruz dos Lopes à 30 Km do centro da cidade de Itararé no período da manhã nas seguintes séries/alunos: 5^a/20, 6^a/23, 7^a/19, 8^a/15 e 8^a com Ciências. O acesso é todo asfaltado e os professores têm transporte da prefeitura, a merenda é de excelente qualidade parte proveniente da COAFAI, onde se inclui arroz, feijão, carne, salada e fruta de sobremesa e uma vez por mês rapadura, no café da manhã: leite e chocolate, ou iogurte e pão com geléia, mel ou margarina. Alunos são filhos de agricultores, pequenos e médios proprietários ou arrendatários de terra. Não há a discussão de conflitos pela posse da terra e não demonstram interesse no assunto. Crianças educadas, não tendo problemas sérios de indisciplina, muito amorosas, receptivas e tem um senso de união muito forte, aparentam ser uma grande família, apesar de morarem em bairros distantes. Nas aulas de Ciências na 8^a série direcionei os conteúdos para o solo e discussões sobre sementes: crioulas, híbridas, transgênicas. Foram receptivas.

Na Escola Estadual Bairro Engenheiro Maia II que fica próximo a diversos assentamentos do MST, leciono no período tarde nas seguintes séries/alunos: 5^a/24, 6^a/30, 7^a/26, 8^a/13 e à noite no 3^o ano do Ensino Médio nas disciplinas de Física e Matemática para 20 alunos. Todos os acessos próximos a escola são de estrada de terra variando de 3 a 6 km, e quando chove ficam intransitáveis e parte de asfalto: em péssimas condições (22 km de Itaberá a escola), em boas condições (38 km de Itapeva a escola) e em boas condições e pedagiada (30 km de Itararé a escola). Os professores são provenientes das três cidades citadas, se deslocam de veículo próprio ou usam de carona solidária. As crianças provenientes dos assentamentos em virtude do transporte estudam na maioria no período da manhã, já no período da

tarde a grande maioria são moradores do bairro, não são proprietários de terra, os pais trabalham nas serrarias ou nas plantações de pinus e eucalipto. Nessa região é expressiva a área de floresta plantada, discussão essa para outro momento. Os alunos do período da tarde são educados, interessados e alguns apresentam muitas dificuldades de aprendizagem, não apresentam problemas sérios de indisciplina, mas são mais tímidas comparadas com as da outra escola ou quem sabe temem aproximação com pessoas de fora da comunidade. A merenda deixa a desejar, pois não entra verduras e frutas, muitas vezes a noite é servido pão com carne, ou com salsicha no molho acompanhado de leite com chocolate, ou suco artificial. Seria a questão que os alunos da noite são do Ensino Médio? Outro agravante é que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo acatou a recomendação do Ministério Público que alunos menores de 16 anos não podem estudar no período noturno, isso veio prejudicar os filhos de agricultores que trabalham com os pais nas propriedades durante o dia.

Existem relatos das dificuldades da comunidade escolar na socialização com alunos provenientes dos assentamentos nos anos iniciais ao do assentamento citados no livro Educação e Reforma Agrária práticas Educativas de Assentados no Sudoeste Paulista de Edvaneide Barbosa da SILVA:

(...) No entanto, tiveram problemas, “o pessoal não queria filho de sem terra na escola” (...) “Nessa escola Engenheiro Maia, nós pôs os nossos filhos na época e eles não quiseram ir mais prá escola porque o pessoal chamava: Ladrão de terra! Seus vagabundos! Entendeu? Ai eles não quiseram mais ir prá escola (...)” p.77 (...) mas em 1999 o discurso da diretora refletia preconceito para os camponeses (...) “Vocês não querem morrer sendo agricultores? Vocês têm que estudar para não serem agricultores!” p.80 Na fala de Nilza: (...) para nós é uma contradição muito grande, porque nós estamos trabalhando pro jovem não ir para a cidade se prostituir, não ir ficar desempregado na cidade, passar fome ou ir morar nas favelas; não é isso que a gente quer. De forma alguma, a gente quer eles entendam o lado da cidade, sim, mas a gente quer que eles entendam o lado do campo que é importante pros pais que estão ali, porque na verdade para nós a realidade do

campo é muito mais interessante do que da cidade(...) E, nesse sentido, a gente sofre uma discriminação muito grande por parte da educação estadual. p. 80

Quem se preocupa com educação e os caminhos da sociedade tornam se vítimas da discriminação! Ainda existe certo desconforto nas relações por parte de alguns moradores do bairro e os assentados. Acredito ser daí o fato dos alunos não serem tão receptivos comparados aos alunos da outra escola. É a trajetória de luta pela terra deixando as cicatrizes. Com a troca da direção, atualmente a Escola Estadual do Eng.º Maia II está com o Projeto Conhecendo a Comunidade, onde professores e funcionários interessados estão visitando as Agrovilas dos Assentamentos para conhecer a realidade dos alunos, já é um grande avanço, conhecer para melhor atuar, quem sabe será o inicio de uma nova fase na história da comunidade escolar.

(...) A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. (...) São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais. (...) A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. (FERNANDES, acessado 17/04/2010)

Toda escola deve construir realmente um projeto político pedagógico, não como mera formalidade, mas como efetivo norteador.

(...) Justificamos a adoção do termo **Projeto Político-pedagógico**, por ele se constituir em um passo simultâneo político e pedagógico. O projeto é **Político** por caracterizar-se através de uma tomada consciente e explícita de posição, ou seja, a instituição escolar assume opções sociais e políticas em relação aos educandos e comunidade circundante, as quais serão efetivadas através das ações educativas. Assim, assume-se que as ações desenvolvidas jamais serão neutras,

mas determinadas por intencionalidade, explícita ou não.
(MARTINS, 2010)

3. CONSIDERAÇÕES

Como atuo como professora e sou efetiva no Estado e contratada na prefeitura de Itararé, até o presente momento só consegui trabalhar na Escola Municipal Prof.^a Alice Fonseca Braga, onde não se questiona conflito de terras, e na Escola Estadual do Bairro Eng.^o Maia II onde já foi palco de conflitos inclusive com a ocupação da escola como forma de trocar a direção até então preconceituosa em relação aos assentados do MST, hoje ações são realizadas para reverter essa situação e muitos foram os avanços. Já a Escola Franco Montoro de Itapeva localizada na Agrovila está muito a frente das demais em relação à educação voltada para os povos do campo. Existem relatos que a comunidade precisou ocupar a Secretaria de Educação de Itapeva para manter a Diretora que trabalha em parceria com a comunidade escolar e não havia sido aprovada no concurso público. Falta observar a Escola Municipal Messias Sodré e a Escola Estadual Bairro do Cerrado ambas em Itararé que atende os alunos provenientes dos assentamentos do Banco da Terra, na maioria filhos de cooperados.

A educação do campo dentro do Estado de São Paulo via instituições governamentais está apenas gatinhando. Quem sabe o Decreto Federal nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 venha alterar alguma coisa nesse sentido. No mais ainda contamos com o trabalho dos movimentos sociais, das universidades, das ONGs, de professores solitários nas suas salas de aula e do senso de responsabilidade social de alguns ocupantes de cargos públicos.

São diversas escolas e diversas comunidades, cada qual com suas características. A certeza é que a questão da ocupação de terra dá forma e interfere diretamente na escola, não tem como a escola ficar neutra nessa e em outras questões sociais.

Referências:

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal nº 8.069 de 13/07/1990. Acessado 25/12/2010 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm

CORREA, Bianca Cristina. A gestão democrática como referencial de qualidade na Educação infantil para crianças de quatro a seis anos Acessado em 27/03/2011 <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2163--Res.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano, Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Acessado 17/04/2010 Disponível em www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido – 17ª Edição- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia ,by Ana Maria Araújo Freire, Editado por Paz e Terra, licenciado gratuitamente para ANCA/MST 2004

PIMENTA, Selma Garrido, LIBÂNEO, José Carlos Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. 1999. Acessado 17/03/2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>

MARTINS, Clícia Buher, BRANDALISE, Mary Angela Teixeira, FLACH, Simone de Fátima, Gestão Educacional 2, Licenciatura em Pedagogia Educação à Distância – Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2010.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



SILVA, Edvaneide Barbosa, Educação e reforma agrária: práticas educativas de assentamentos do sudoeste paulista—São Paulo:Xamã Editora e Gráfica, 2004.